



Na luta da Constituinte

Publicação da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores - PT - julho de 1988

Empresariado joga duro no 2º turno

A União Brasileira de Empresários (UBE), que realizou um encontro nacional ontem, em Brasília, entregou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento onde são destacados os 23 pontos que os empresários querem ver suprimidos do texto da nova Carta. No encontro, cerca de 200 empresários dos setores da indústria, comércio e agricultura,

transportes e financeiro decidiram que vão desencadear uma campanha de «corpo a corpo» junto a todos os constituintes, desde os seus Estados, para que seja alterado o texto constitucional. Os empresários brasileiros defendem a supressão, entre outros pontos, da jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos, mandado de injunção, direito irrevogável de greve, tabelamento de juros, tabelamento de preços, etc.

de juros pesa nacional, pital ext de setor excesso nament to da Ju Os em discuti da rea social res, p dência lista da litrov. (Página 4)

Empresários decidem lutar por 24 emendas

BRASILIA — A União Brasileira de Empresários (UBE), em ato solene na sede da CNI (Confederação Nacional da Indústria), convocou comerciantes, industriais, banqueiros e proprietários rurais a se engajarem na defesa dos interesses da iniciativa privada na Constituinte. A entidade selecionou 24 emendas supressivas, que, segundo o presidente da UBE (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Arthur João Donato, devem ser defendidas junto a cada constituinte. "Como

"conspiram contra a liberdade econômica, considerada inseparável da liberdade política e administrativa que se pretende para o país"

Cada empresário presente recebeu da UBE um caderno com o texto das 24 emendas, acompanhado de uma lista das principais lideranças da Constituinte e um levantamento dos votos que os parlamentares deram no primeiro turno para questões de interesse do setor. "Este é um documento valioso para o

pelos a traço", com dispositivos que consagram "verdadeiros anacronismos, como o paternalismo e o intervencionismo estatal na vida do cidadão"

Sela horas — Gerdau condenou com veemência a limitação das seis horas de trabalho no sistema de turnos ininterruptos de revezamento — que segundo afirmou afeta drasticamente o setor siderúrgico —, o direito amplo e irrevogável de greve, o tabelamento de juros e a ausência de correção monetária

As regras do segundo turno

O deputado Ulysses Guimarães quer acabar a votação em segundo turno do projeto da nova Constituição em dez ou quinze dias, a serem contados a partir da próxima segunda-feira. As votações serão feitas das 14h30 às 22h de segunda a quinta-feira. Os outros dias serão livres. Os líderes se reunirão todas as manhãs com Ulysses para tentarem acordos sobre os pontos mais polémicos. Os líderes concordaram em que a primeira votação, em bloco, será do projeto redigido pelo relator Bernardino Cabral. Depois, o plenário vota as emendas destacadas. Cada constituinte poderá destacar, a partir de hoje, quatro emendas. A votação será por ordem crescente dos artigos, obedecendo-se aos seguintes critérios:

Destaques — Em primeiro lugar, o número de votos.

Empresários travarão 23 'batalhas' no turno final



A estratégia dos empresários para alterar, no segundo turno, o Projeto de Constituição é definida em documento entregue ontem ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, como uma "guerra de 23 batalhas pela sobrevivência da livre iniciativa". O estudo defende, com prioridade, a supressão da jornada de seis horas, do direito irrevogável de greve e do tabelamento dos juros. Durante reunião plenária da União Brasileira de Empresários (UBE), antes do encontro com Ulysses, o Presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, traçou a linha de atuação dos empresários: eles deverão trabalhar nas bases eleitorais e suas regiões, esclarecendo-os sobre os danos que as decisões listadas provocarão ao País. (Página 5)

Eles estão jogando duro

O poder econômico, aliado ao governo e representado pelo Centrão, arma fortes esquemas para tentar derrubar as conquistas populares e impor retrocessos na votação final da Constituinte

E os trabalhadores?

Ficaremos parados, esperando que os tubarões aniquilem os poucos direitos sociais aprovados no primeiro turno da Constituinte? Não. O PT conclama os trabalhadores a mobilizarmos nossas forças para garantir que os direitos do povo virem leis.

É hora de lutar

Os seus direitos estão em jogo. Leis fundamentais para você, para sua família, para todos nós, começam a ser votadas no turno final da Constituinte. Para mudar depois o que vai ser votado agora, será muito mais difícil e demorado. Por isso, esta é, mais do que nunca, a hora de lutar pelos direitos do povo na Constituinte.

O projeto que está sendo votado é, no geral, conservador. Ele mantém o sistema de exploração do trabalho, aumenta o mandato de Sarney para cinco anos, dá enormes poderes aos militares, proíbe praticamente a reforma agrária; enfim, não atende à grande maioria das reivindicações da classe trabalhadora. Por esse motivo, aliás, o PT votou não ao projeto como um todo.

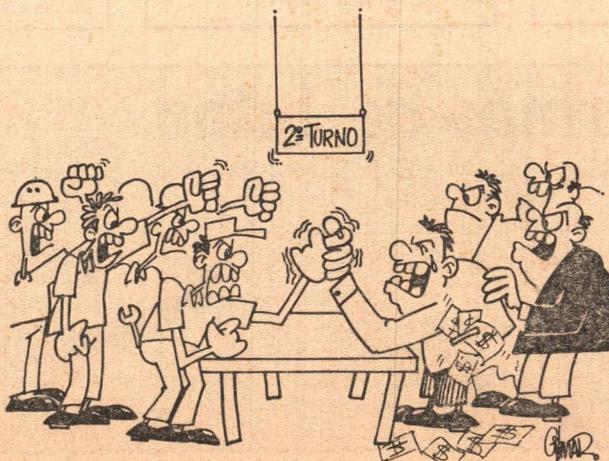
Mas esse projeto contém aspectos positivos também. Algumas propostas do PT e de outros partidos de esquerda foram aprovadas nas primeiras fases da Constituinte. Conseguimos incorporar ao projeto, por exemplo, a redução da jornada de trabalho em turnos ininterruptos para seis horas, o direito de greve para todos os trabalhadores, pagamento da hora extra maior em 50%, férias pagas com 1/3 acima do salário normal, recuperamos o poder aquisitivo do aposentado, que passará a receber um salário equivalente ao que tinha quando estava na ativa, etc.

Essas e outras conquistas são fruto da participação popular na Constituinte, através de entida-

des do movimento sindical e popular, aliado ao trabalho incansável da bancada do PT e de outros partidos progressistas.

Agora, na votação definitiva da Constituinte, corremos o risco de perder em poucas semanas direitos pelos quais o povo luta e sonha há muitos anos.

Banqueiros, latifundiários, grandes empresários armaram, em cumplicidade com o governo Sarney e com o Centrão, uma armadilha para liquidar com as leis que beneficiam a grande maioria da



população. Leis que são reconhecidas em quase todos os países, mas que a mentalidade atrasada e os interesses mesquinhos do poder econômico não querem aceitar. Além de tentar impedir os progressos na Constituição, querem também empurrar leis típicas da ditadura, que nada têm a ver com a democracia.

É com esse objetivo que Sarney vai à cadeia de rádio e televisão defender os interesses do poder econômico. As multinacionais fazem campanha milionária na televisão e nos jornais, e dizem que têm milhões de dólares para derrubar os avanços populares da nova Constituição. Enfim, a estratégia deles está montada. E com aqueles "métodos" que você já viu eles usarem tantas vezes.

Entretanto, todos nós podemos (e devemos) fazer alguma coisa para garantir que pelo menos uma parte de nossos direitos vire lei. A experiência da Constituinte até agora confirma que o único caminho para isso é a organização popular. Procure o seu--sindicato, sua associação e vamos unir nossas forças. Vamos mostrar aos constituintes que estamos de olho no voto deles. Vamos dizer a eles que se suprimirem nossos direitos, iremos suprimir-lhes o próximo mandato.

É hora de lutar!

Luiz Inácio Lula da Silva

Líder da Bancada do PT no Congresso Constituinte

Não vamos permitir que tirem

Estas são as principais conquistas populares aprovadas no primeiro turno, que os grandes empresários, o governo e o Centrão querem suprimir, e que nós iremos defender:

Voto aos 16 anos

O voto facultativo entre os 16 e os 18 anos de idade foi uma importante conquista do 1.º turno, pois dá aos jovens — em sua maioria já integrados ao mercado de trabalho — a possibilidade de exercer um direito político essencial. A direita não aceita o voto aos 16 anos, temendo ver reduzida sua expressão eleitoral.

Aviso prévio proporcional

No 1.º turno foi aprovado o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias. Essa é outra conquista sob ameaça, pois os empresários não aceitam pagar mais de um único salário de indenização ao trabalhador que tiveram como empregado por anos a fio.

50% a mais na hora-extra

Pelo projeto, o acréscimo pela hora-extra sobe de 25% para 50%. O PT defendeu a remuneração da hora-extra em dobro. Mas os empresários não querem aceitar nem os 50%, e estão brigando para derrubar também esse item, para poderem continuar lucrando com as extensas e mal pagas jornadas de trabalho.

Licença paternidade de 8 dias

Foi aprovada no 1.º turno a licença paternidade de 8 dias. Afinal, o filho precisa também da atenção do pai, especialmente quando a mãe ainda se recupera do parto. O relator Bernardo Cabral manteve a licença paternidade, mas excluiu o prazo de 8 dias, deixando o assunto para ser regulamentado em lei. Vamos lutar para manter os 8 dias.

Prazo maior para ações trabalhistas

Hoje o empregado só pode reclamar direitos trabalhistas até 2 anos retroativos. Como em geral ele trabalha mais de 2 anos no mesmo emprego, e só entra com a ação após ser demitido (ou seria demitido antes), perde boa parte do que é seu. No 1.º turno, o prazo foi aumentado para 5 anos. Mas nem isso os patrões querem aceitar.

Licença Maternidade

O projeto de Constituição prevê a ampliação da licença maternidade para 120 dias. Isso é o mínimo para que as mães possam cuidar bem de seus filhos. Os empresários não admitem essa ampliação da licença para as mães trabalhadoras — eles estão se lixando para a saúde das nossas crianças.

Férias com 1/3 a mais no salário

Ficou definido no 1.º turno que as férias serão pagas com um acréscimo de pelo menos 1/3 acima do salário normal. O PT defendeu que o acréscimo fosse de 100%. Mas nem o 1/3 a mais os empresários querem aceitar, e estão lutando para que o pagamento das férias fique como está: um salário como os outros.

Jornada de 6 horas

O turno máximo de 6 horas para o trabalho de revezamento ininterrupto foi uma das principais conquistas do 1.º turno, pois preserva a saúde e a segurança dos trabalhadores, além de ampliar o mercado de trabalho. Governo e empresários querem derrubar esse item, para manter o desumano turno de 8 horas de trabalho sem interrupção.

Direito de greve

O direito de greve é reconhecido pelo projeto, que dá aos trabalhadores o poder de decidir sobre a sua oportunidade. Os empresários querem mudar isso, limitando ao máximo esse direito, enquanto o governo pretende retirar o direito de greve dos funcionários públicos.

Direito de sindicalização ao servidor público

Os servidores públicos, de acordo com o texto aprovado no 1.º turno, terão direito a se sindicalizarem e a fazer greve. É um avanço importante, com o qual o governo não concorda. No 2.º turno, precisamos lutar muito para manter esses direitos dos funcionários públicos.

Direitos na Justiça

No Brasil há leis boas para os trabalhadores que simplesmente não são cumpridas. A Constituinte aprovou a criação de vários instrumentos (mandado de injunção, mandado de segurança coletivo, "habeas-data" e outros) que vão permitir cobrar na Justiça o cumprimento das leis. É um avanço importante que a direita quer derrubar, mas nós vamos lutar para manter.

Defesa do meio ambiente

O texto relativo a este tema está bom, e precisamos impedir que o poder econômico o altere no 2.º turno. Pelo texto, o governo tem o dever de preservar o meio ambiente, de forma a garantir a qualidade de vida da população, o cidadão que lesar o equilíbrio ecológico fica sujeito a sanções penais e obrigado a recuperar o meio ambiente degradado.

O que vamos impedir que imponham

Estas são algumas das leis antipopulares que agora lutaremos para retirar através das nossas emendas supressivas:

Demissões Arbitrárias

Precisamos modificar, no 2.º turno, o texto relativo às demissões arbitrárias. Pelo texto, os padrões têm amplos poderes para demitir, em troca do pagamento de uma multa equivalente a 40% do saldo do FGTS do empregado. O nosso princípio é a defesa da estabilidade no emprego, e vamos mais uma vez lutar por ele.

Restrições à Organização Sindical

O projeto desatrelou o sindicato da tutela do Estado, mas manteve a atual estrutura verticalista e corporativa herdada do fascismo. O PT vai tentar mudar isso no 2.º turno, lutando pela plena liberdade de organização sindical, inclusive pela possibilidade de criação de mais de um sindicato por categoria na mesma base, se este for o desejo dos trabalhadores.

Proibição da reforma agrária

Um dos piores momentos do 1.º turno foi quando, sob pressão da UDR, os constituintes proibiram a reforma agrária nas terras consideradas "produtivas". Mas o que é terra produtiva? Um latifúndio com três ou quatro pés de feijão é "produtivo"? Precisamos derrubar esse ponto no 2.º turno. Do contrário, não haverá reforma agrária no país.

Adiamento dos direitos dos aposentados

A Constituinte aprovou no 1.º turno várias vantagens para os aposentados, inclusive um novo cálculo para o valor dos benefícios, de forma a recuperar o valor real que tinham quando da sua concessão. Mas criou um longo prazo de 30 meses para que isso seja feito. No 2.º turno, precisamos lutar para que os reajustes venham logo, derrubando esse prazo enorme.

Intervenção das Forças Armadas

Pelo texto aprovado no 1.º turno, as Forças Armadas seguirão tendo um papel decisivo no campo político, com poderes para intervir em defesa "da lei e da ordem". Ora, isso é a continuação da prática da ditadura militar. Vamos lutar, no 2.º turno, para tirar esse poder de intervenção das Forças Armadas.

Quais as formas de lutar

O importante é que sensibilize os constituintes. Procure a sua entidade sindical ou associação e integre-se a campanha que ela esteja fazendo. Caso ela não esteja participando da pressão popular à Constituinte, estimule-a a participar. A criatividade é livre e você pode criar com seus amigos, colegas de trabalho ou vizinhos uma forma de participação.

Sugerimos aqui algumas:

- Envie telegrama aos constituintes defendendo seus direitos (escreva o nome do deputado ou senador, Congresso Nacional, CEP 70160 - Brasília).
- Faça um placar na sua entidade associativa, indicando o voto dos constituintes do seu Estado nos principais itens que interessam a todos os associados.

- Pegue uma "cartela da Constituinte" no Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte para acompanhar as votações.
- Proponha a sua entidade associativa uma caravana a Brasília nos dias de votações mais importantes para a categoria.
- Faça cartazes e faixas, e participe da organização de passeatas que serão feitas em sua cidade.

Onde buscar informações

Partido dos Trabalhadores - Sede nacional: Av. 11 de julho n.º 260, Vila Clementino - São Paulo - SP - Fone (011) 575-2299

CUT - Central Única dos Trabalhadores - R. Duvidal Peleja n.º 112, Bairro Saúde - São Paulo - SP - Fone (011) 577-4833

Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte - Correspondência para R. Monte Alegre, 984 (EE da PUC/SP) - Fone (011) 82-2189

Liderança do PT - Câmara dos Deputados: Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70160 - Fone (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669